

CÂMARA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO — ESTADO DA BAHIA
MINUTAS DE CONTRATOS — PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026
Processo Administrativo nº 23/2026
(VERSÃO SANEADA — APÓS ANÁLISE INTEGRAL DE 16/06/2026)
MINUTA

Lote	Objeto	Fornecedor utilizado como parâmetro de pesquisa de preços	Valor Total (R\$)
I	Materiais de Limpeza (31 itens)	(Proposta referencial de mercado)	20.151,50
II	Materiais de Copa e Cozinha (17 itens)	(Proposta referencial de mercado)	32.582,50
III	Materiais de Expediente (39 itens)	(Proposta referencial de mercado)	R\$ 38.309,90
	VALOR GLOBAL ESTIMADO (3 LOTES):		R\$ 91.043,90

Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 | Modalidade: Pregão Eletrônico — Critério: Menor Preço por Lote
Responsável pela Análise Jurídica: Wellington Osório Modesto e Silva | Versão Saneada: 10/06/2026

CONTRATO Nº ____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026 — PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2026
LOTE I — FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA

CONTRATANTE:	Câmara Municipal de Mata de São João/BA — CNPJ: 13.251.038/0001-89
CONTRATADA:	[RAZÃO SOCIAL COMPLETA] — CNPJ: [XX.XXX.XXX/XXXX-XX]
OBJETO:	Fornecimento parcelado de materiais de limpeza (Lote I)
LOTE:	LOTE I — Materiais de Limpeza
VALOR GLOBAL:	R\$ 20.151,50 (vinte mil cento e cinquenta e um reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA:	12 meses a contar da assinatura, prorrogável conforme Cláusula Quinta
BASE LEGAL:	Lei Federal nº 14.133/2021 Pregão Eletrônico nº 3/2026 PA nº 23/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO, Poder Legislativo Municipal do Estado da Bahia, com sede na Praça Barão Açu da Torre, nº 201, bairro Centro, Mata de São João/BA, CEP 48.280-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.251.038/0001-89, representada por seu Presidente, Elinaldo de Santana Rodrigues, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**; e

[RAZÃO SOCIAL COMPLETA], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede em [ENDEREÇO COMPLETO], representada por [NOME DO REPRESENTANTE], CPF nº [XXX.XXX.XXX-XX], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

Celebram o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Pregão Eletrônico nº 3/2026 e demais normas aplicáveis, consoante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto o fornecimento parcelado, sob demanda, de materiais de limpeza (LOTE I), destinados à manutenção das atividades administrativas, legislativas e operacionais da Câmara Municipal de Mata de São João/BA, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico nº 3/2026, que integram o presente instrumento independentemente de transcrição.

1.2 – O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante requisições emitidas pela Gerência Administrativa, nas quantidades e prazos por ela determinados, respeitados os quantitativos estimados fixados no Termo de Referência.

1.3 – Os quantitativos previstos no Termo de Referência constituem estimativa máxima de consumo para o período contratual, servindo de base para a formação do preço, julgamento das propostas e limite financeiro da contratação. As entregas ocorrerão de forma parcelada, sob demanda, inexistindo obrigação de aquisição mínima, nos termos do art. 92, II, da Lei nº 14.133/2021.

1.4 – Composição do objeto — LOTE I — Materiais de Limpeza:

Nº	Descrição / Especificação	Unid.	Qtd. Est.	Vlr. Unit. (R\$)	Vlr. Total (R\$)	Subel.
----	---------------------------	-------	-----------	------------------	------------------	--------

1	Água sanitária base hipoclorito de sódio 2,0–2,5% p/p, emb. plástica 1 L, cx c/ 12 und.	CX	20	38,90	778,00	3.3.90.30.21
2	Álcool etílico hidratado líquido 70%, 1.000 ml, cx c/ 12 unidades	CX	5	185,00	925,00	3.3.90.30.21
3	Álcool isopropílico puro 99,8%, 1 litro	UND	2	42,00	84,00	3.3.90.30.21
4	Cesto metálico 15 litros, para escritório	UND	3	49,80	149,40	3.3.90.30.21
5	Cesto plástico 100 litros c/ pedal	UND	3	420,00	1.260,00	3.3.90.30.21
6	Cesto plástico 13 litros c/ pedal	UND	5	69,90	349,50	3.3.90.30.21
7	Desinfetante líquido concentrado pinho, emb. 500 ml, cx c/ 12 und.	CX	15	79,50	1.192,50	3.3.90.30.21
8	Desodorante spray ambiental 360 ml lavanda	UND	20	18,90	378,00	3.3.90.30.21
9	Detergente líquido neutro 500 ml, cx c/ 24 und.	CX	20	89,50	1.790,00	3.3.90.30.21
10	Esponja dupla face 100x71x18 mm, pct c/ 3 unidades	PCT	15	4,90	73,50	3.3.90.30.21
11	Flanela 100% algodão 40x60 cm, amarela	UND	30	6,00	180,00	3.3.90.30.21
12	Inseticida spray 300 ml	UND	10	21,50	215,00	3.3.90.30.11
13	Limpa-vidros 500 ml, cx c/ 24 unidades	CX	5	139,50	697,50	3.3.90.30.21
14	Lustra-móveis madeira 200 ml	UND	10	9,50	95,00	3.3.90.30.21
15	Pá coletora plástica c/ cabo alumínio vai-e-vem	UND	2	79,80	159,60	3.3.90.30.21
16	Pano de chão saco 100% algodão alvejado 60x40 cm	UND	30	8,90	267,00	3.3.90.30.21
17	Papel higiênico folha dupla 30 m, fardo c/ 64 rolos	FRD	30	169,00	5.070,00	3.3.90.30.21
18	Papel toalha entrefolhado 2 dobras 23x21 cm c/ 1.000 folhas	PCT	100	21,50	2.150,00	3.3.90.30.21
19	Pedra sanitária c/ suporte plástico	CX	50	4,50	225,00	3.3.90.30.21
20	Refil mop giratório algodão/fibras sintéticas	UND	5	8,00	40,00	3.3.90.30.21
21	Rodo plástico borracha dupla 45 cm c/ cabo	UND	5	21,50	107,50	3.3.90.30.21
22	Rodo mop úmido c/ balde	UND	3	79,50	238,50	3.3.90.30.21
23	Kit mop pó seco 40 cm c/ cabo alumínio	UND	3	135,00	405,00	3.3.90.30.21
24	Refil mop pó seco	UND	5	49,50	247,50	3.3.90.30.21
25	Sabonete líquido perolado erva-doce, emb. 5 litros	UND	10	39,50	395,00	3.3.90.30.21
26	Saco lixo 200 L, pct c/ 100 unidades	PCT	15	79,50	1.192,50	3.3.90.30.21
27	Saco lixo 40 L, pct c/ 100 unidades	PCT	15	35,90	538,50	3.3.90.30.21
28	Vassoura piso liso c/ cabo madeira	UND	10	28,80	288,00	3.3.90.30.21

29	Luva descartável látex, cx c/ 100 unidades, tam. G	CX	10	45,00	450,00	3.3.90.30.21
30	Mangueira antitorção 30 m c/ engates e esguicho	UND	1	110,00	110,00	3.3.90.30.21
31	Máscara descartável tripla camada branca, cx c/ 50 unidades	CX	10	10,00	100,00	3.3.90.30.21

VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE I: R\$ 20.151,50 (vinte mil cento e cinquenta e um reais e cinquenta centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA MODALIDADE

2.1 – A contratação foi realizada na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por lote, nos termos do art. 28, I, c/c art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021.

2.2 – O regime de execução é de fornecimento parcelado sob demanda, durante toda a vigência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL E DOS PREÇOS

3.1 – O valor total estimado do presente contrato é de R\$ 20.151,50 (vinte mil cento e cinquenta e um reais e cinquenta centavos), correspondente aos preços unitários registrados na proposta vencedora.

3.2 – Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, nos termos do art. 25, §§ 1º e 7º, da Lei nº 14.133/2021.

3.3 – Após doze meses, em caso de prorrogação contratual, os preços poderão ser reajustados com base na variação acumulada do IPCA, divulgado pelo IBGE, nos termos do art. 92, V, c/c art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

3.4 – No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, embalagens, frete, seguros e quaisquer outros ônus incidentes sobre a prestação do objeto.

3.5 – A variação do valor contratual para fins de reajuste poderá ser registrada por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Câmara Municipal, conforme nota de empenho, segundo a seguinte classificação:

Unidade Orçamentária: 0101 – Câmara Municipal

Função: 01 – Legislativa

Subfunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Gestão e Governança Legislativa

Ação: 2002 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo

Natureza da Despesa: 33903000 – Material de Consumo

Subelementos: Itens 1–11, 13–31: 3.3.90.30.21 — Material de Limpeza e Produtos de Higienização | Item 12: 3.3.90.30.11 — Material Químico

Fonte: 15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

4.2 – A indicação dos créditos orçamentários foi atestada pela Gerência Financeira da Câmara Municipal em 26 de maio de 2026, conforme documento constante no Processo Administrativo nº 23/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 – O presente contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

5.2 – O contrato poderá ser prorrogado somente se o setor técnico responsável caracterizar expressamente a natureza contínua do fornecimento, demonstrar a vantajosidade, comprovar a compatibilidade dos preços com o mercado e justificar o interesse público, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite máximo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 – As entregas deverão ser realizadas exclusivamente no prédio principal da Câmara Municipal de Mata de São João, Praça Barão Açu da Torre, nº 201, Centro, Mata de São João/BA, CEP 48.280-000, no setor de Gerência Administrativa, de segunda a sexta-feira, das 9h às 15h.

6.2 – Cada entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal/fatura correspondente.

6.3 – O prazo de entrega de cada pedido parcial não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição de fornecimento.

6.4 – Os produtos sujeitos a prazo de validade deverão ser entregues com validade mínima de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de entrega, excetuados os itens cuja natureza não comporte prazo de validade.

6.5 – As embalagens deverão ser originais, íntegras, identificadas com marca, especificação técnica e demais informações exigidas pela legislação vigente.

6.6 – O recebimento dar-se-á: (i) provisoriamente, pelo servidor responsável pela fiscalização, mediante conferência com a nota fiscal; e (ii) definitivamente, após verificação e atestação da conformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório.

6.7 – Em caso de irregularidade, a Contratada será notificada para sanar a não conformidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada, mediante crédito bancário na conta indicada pela Contratada.

7.2 – A nota fiscal deverá conter: identificação da Câmara Municipal, número do empenho, número do contrato, descrição dos itens, quantidades, preços unitários, total e período de referência.

7.3 – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o pagamento ficará sobrestado até a regularização, sem acarretar ônus à Contratante.

7.4 – Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar, junto à nota fiscal, os documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos na habilitação, válidos na data do pagamento.

7.5 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta por penalidade ou inadimplência contratual.

7.6 – Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Contratante, incidirão sobre o valor devido correção monetária pelo IPCA-E, juros moratórios de 0,5% ao mês e compensação financeira de 6% ao ano.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – Constituem obrigações da Contratada:

- a** – cumprir fielmente todas as condições estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico nº 3/2026;
- b** – fornecer os materiais de acordo com as especificações, quantidades e prazos previstos neste instrumento, responsabilizando-se pela qualidade e procedência dos produtos;

- c – efetuar as entregas no local definido, no horário estabelecido, acompanhadas das respectivas notas fiscais;
- d – manter capacidade logística suficiente para atender às requisições no prazo contratual, sem obrigação de manutenção de estoque mínimo fixo;
- e – comunicar à Contratante, por escrito e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, qualquer impossibilidade temporária de atendimento dos pedidos;
- f – substituir, às suas expensas e no prazo de 5 (cinco) dias úteis após notificação, os materiais que não atenderem às especificações ou que apresentarem vícios, defeitos ou não conformidade;
- g – manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h – responsabilizar-se por todos os ônus tributários, fiscais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre as obrigações contratuais;
- i – responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os danos causados à Contratante, a seus servidores ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;
- j – não transferir a terceiros os direitos ou obrigações deste contrato sem expressa anuência da Contratante;
- k – arcar com todas as despesas de frete, seguro, embalagem e demais custos necessários ao cumprimento do objeto.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 – Constituem obrigações da Contratante:

- a – proporcionar as condições para que a Contratada possa desempenhar o fornecimento contratado;
- b – efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;
- c – designar servidor(es) para exercer as funções de Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos dos arts. 117 e 119 da Lei nº 14.133/2021;
- d – receber, verificar e atestar a conformidade dos materiais entregues com as especificações deste contrato;
- e – notificar a Contratada, formalmente e de modo tempestivo, sobre falhas ou não conformidades verificadas no fornecimento;
- f – notificar a Contratada por escrito da aplicação de qualquer penalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- g – emitir as requisições de fornecimento com antecedência razoável para viabilizar as entregas no prazo avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – O acompanhamento e a fiscalização da execução do presente contrato serão realizados pelos servidores abaixo designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021:

Gestor Titular: Ronivaldo Santos da Silva

Fiscal do Contrato: Jardel Alves de Oliveira dos Anjos

10.2 – Ao Gestor compete coordenar, acompanhar e avaliar a execução do contrato, verificar o cumprimento das obrigações contratuais e autorizar o pagamento.

10.3 – Ao Fiscal compete verificar a regularidade das entregas, atestar as notas fiscais e comunicar ao Gestor as irregularidades detectadas.

10.4 – A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados em decorrência da execução do objeto contratado.

10.5 – Recomenda-se a formalização de suplentes para Gestor e Fiscal, em homenagem ao princípio da continuidade do serviço público, a ser efetivada por ato da Presidência antes da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1 – Considerando a natureza comum dos bens objeto desta contratação, o fornecimento parcelado sob demanda, a baixa complexidade técnica do objeto, o reduzido risco operacional e a existência de Gestor e Fiscal designados, a Administração dispensa, motivadamente, a exigência de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 – A Contratante poderá, mediante justificativa, exigir prestação de garantia a qualquer momento quando verificado risco de descumprimento das obrigações, notificando previamente a Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, a Contratada estará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, após regular processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

12.2 – As infrações e as respectivas sanções são:

- a – advertência, por faltas leves que não acarretem prejuízo significativo à Contratante;
- b – multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada sobre o valor do fornecimento em atraso, limitada a 10% (dez por cento), pelo atraso injustificado na entrega dos materiais;
- c – multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total, conforme art. 162, I, da Lei nº 14.133/2021;
- d – impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos, nas hipóteses do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas hipóteses do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021.

12.3 – A multa será recolhida no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da ciência da imposição. Não quitada no prazo, poderá ser descontada dos pagamentos devidos ou executada judicialmente.

12.4 – A aplicação de qualquer penalidade será precedida de notificação com prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1 – O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências do art. 139 do mesmo diploma, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.2 – Constituem motivos para rescisão: descumprimento de cláusulas contratuais; atraso ou paralisação injustificada do fornecimento; desatendimento das determinações do Gestor ou Fiscal; cometimento reiterado de faltas; decretação de falência; dissolução da sociedade; razões de interesse público; ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução.

13.3 – Nos casos de rescisão unilateral pela Contratante sem culpa da Contratada, será observado o disposto no art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 – É vedada a subcontratação total do objeto contratual.

14.2 – A subcontratação parcial, se admitida, dependerá de prévia autorização da Contratante, não excederá 30% (trinta por cento) do valor total e não exclui a responsabilidade da Contratada perante a Contratante, nos termos do art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

15.1 – A Contratada não poderá ceder nem transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações deste contrato sem prévia e expressa anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 – O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sempre por meio de Termo Aditivo.

16.2 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 – As supressões resultantes de acordo entre as partes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

17.1 – O presente contrato será publicado em extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Legislativo Municipal, nos prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 – A Contratada autoriza a Contratante a divulgar os dados essenciais relativos a este contrato, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUSTENTABILIDADE

18.1 – A Contratada compromete-se a adotar práticas de sustentabilidade ambiental e social na execução do objeto, conforme art. 11, IV, e art. 36 da Lei nº 14.133/2021.

18.2 – A Contratada declara que os produtos fornecidos atendem às normas de qualidade e segurança vigentes e, quando aplicável, às exigências da ANVISA e do INMETRO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

19.1 – A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121, caput, da Lei nº 14.133/2021.

19.2 – A inadimplência da Contratada com referência aos encargos mencionados não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

20.1 – Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os princípios gerais de Direito Administrativo.

20.2 – Aplicam-se ao presente contrato a Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios gerais do Direito Administrativo, os regulamentos locais pertinentes e os normativos complementares validamente adotados pelo ente contratante, quando compatíveis com o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Mata de São João, Estado da Bahia, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do presente contrato que não possam ser resolvidas pela via administrativa.

Mata de São João, Bahia, _____ de _____ de 2026.

ELINALDO DE SANTANA RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal
CONTRATANTE

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[Cargo] – [RAZÃO SOCIAL]
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

CPF: _____

2ª Testemunha:

CPF: _____

MINUTA PARA ASSINATURA APÓS ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO — PA nº 23/2026

CONTRATO Nº ____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026 — PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2026
LOTE II — FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA

CONTRATANTE:	Câmara Municipal de Mata de São João/BA — CNPJ: 13.251.038/0001-89
CONTRATADA:	[RAZÃO SOCIAL COMPLETA] — CNPJ: [XX.XXX.XXX/XXXX-XX]
OBJETO:	Fornecimento parcelado de materiais de copa e cozinha (Lote II)
LOTE:	LOTE II — Materiais de Copa e Cozinha
VALOR GLOBAL:	R\$ 32.582,50 (trinta e dois mil quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA:	12 meses a contar da assinatura, prorrogável conforme Cláusula Quinta
BASE LEGAL:	Lei Federal nº 14.133/2021 Pregão Eletrônico nº 3/2026 PA nº 23/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO, Poder Legislativo Municipal do Estado da Bahia, com sede na Praça Barão Açu da Torre, nº 201, bairro Centro, Mata de São João/BA, CEP 48.280-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.251.038/0001-89, representada por seu Presidente, Elinaldo de Santana Rodrigues, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**; e

[RAZÃO SOCIAL COMPLETA], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede em [ENDEREÇO COMPLETO], representada por [NOME DO REPRESENTANTE], CPF nº [XXX.XXX.XXX-XX], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

Celebram o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Pregão Eletrônico nº 3/2026 e demais normas aplicáveis, consoante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto o fornecimento parcelado, sob demanda, de materiais de copa e cozinha (LOTE II), destinados à manutenção das atividades administrativas, legislativas e operacionais da Câmara Municipal de Mata de São João/BA, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico nº 3/2026.

1.2 – O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante requisições emitidas pela Gerência Administrativa.

1.3 – Os quantitativos previstos no Termo de Referência constituem estimativa máxima de consumo para o período contratual, servindo de base para a formação do preço, julgamento das propostas e limite financeiro da contratação. Inexiste obrigação de aquisição mínima, nos termos do art. 92, II, da Lei nº 14.133/2021.

1.4 – Composição do objeto — LOTE II — Materiais de Copa e Cozinha:

Nº	Descrição / Especificação	Unid.	Qtd. Est.	Vlr. Unit. (R\$)	Vlr. Total (R\$)	Subel.
1	Açúcar cristal	KG	100	5,90	590,00	3.3.90.30.07
2	Adoçante líquido 200 ml	UND	10	6,90	69,00	3.3.90.30.07
3	Chá de boldo, cx c/ 10 sachês	CX	20	6,90	138,00	3.3.90.30.07

4	Chá de capim-cidreira, cx c/ 10 sachês	CX	20	6,90	138,00	3.3.90.30.07
5	Chá de erva-doce, cx c/ 10 sachês	CX	20	6,90	138,00	3.3.90.30.07
6	Copo descartável 200 ml NBR 14.865, cx c/ 25 ptes de 100 und.	CX	5	225,00	1.125,00	3.3.90.30.22
7	Leite em pó integral 200 g, fardo c/ 50 pacotes	FRD	10	695,00	6.950,00	3.3.90.30.07
8	Café torrado e moído 250 g vácuo 100% arábica, cx c/ 20 pacotes	CX	20	795,00	15.900,00	3.3.90.30.07
9	Pano de prato algodão 70x45 cm	UND	40	6,80	272,00	3.3.90.30.22
10	Água mineral s/ gás copinho 200 ml, cx c/ 48 unidades	CX	100	39,50	3.950,00	3.3.90.30.07
11	Refil filtro IBBL FR 600	UND	10	55,00	550,00	3.3.90.30.22
12	Xícara de chá porcelana branca c/ pires 160 ml	UND	20	39,90	798,00	3.3.90.30.22
13	Jogo talheres inox liso completo 42 peças	UND	2	399,50	799,00	3.3.90.30.22
14	Dispenser para copos 200 ml	UND	3	49,50	148,50	3.3.90.30.22
15	Suporte porta-copos descartável 200 ml	UND	12	49,50	594,00	3.3.90.30.22
16	Kit copos vidro Long Drink 300 ml (12 copos)	KIT	2	112,00	224,00	3.3.90.30.22
17	Bandeja inox redonda 30 cm	UND	2	99,50	199,00	3.3.90.30.22

VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE II: R\$ 32.582,50 (trinta e dois mil quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA MODALIDADE

2.1 – A contratação foi realizada na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por lote, nos termos do art. 28, I, c/c art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021.

2.2 – O regime de execução é de fornecimento parcelado sob demanda, durante toda a vigência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL E DOS PREÇOS

3.1 – O valor total estimado do presente contrato é de R\$ 32.582,50 (trinta e dois mil quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), correspondente aos preços unitários registrados na proposta vencedora.

3.2 – Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, nos termos do art. 25, §§ 1º e 7º, da Lei nº 14.133/2021.

3.3 – Após doze meses, em caso de prorrogação contratual, os preços poderão ser reajustados com base na variação acumulada do IPCA, divulgado pelo IBGE, nos termos do art. 92, V, c/c art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

3.4 – No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, embalagens, frete, seguros e quaisquer outros ônus incidentes sobre a prestação do objeto.

3.5 – A variação do valor contratual para fins de reajuste poderá ser registrada por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Câmara Municipal, conforme nota de empenho, segundo a seguinte classificação:

Unidade Orçamentária: 0101 – Câmara Municipal

Função: 01 – Legislativa

Subfunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Gestão e Governança Legislativa

Ação: 2002 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo

Natureza da Despesa: 33903000 – Material de Consumo

Subelementos: Itens 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8 e 10: 3.3.90.30.07 — Gêneros de Alimentação
| Itens 6, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17: 3.3.90.30.22 — Material de Copa e Cozinha

Fonte: 15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

4.2 – A indicação dos créditos orçamentários foi atestada pela Gerência Financeira da Câmara Municipal em 26 de maio de 2026, conforme documento constante no Processo Administrativo nº 23/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 – O presente contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

5.2 – O contrato poderá ser prorrogado somente se o setor técnico responsável caracterizar expressamente a natureza contínua do fornecimento, demonstrar a vantajosidade, comprovar a compatibilidade dos preços com o mercado e justificar o interesse público, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite máximo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 – As entregas deverão ser realizadas exclusivamente no prédio principal da Câmara Municipal de Mata de São João, Praça Barão Açu da Torre, nº 201, Centro, Mata de São João/BA, CEP 48.280-000, no setor de Gerência Administrativa, de segunda a sexta-feira, das 9h às 15h.

6.2 – Cada entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal/fatura correspondente.

6.3 – O prazo de entrega de cada pedido parcial não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição de fornecimento.

6.4 – Os produtos sujeitos a prazo de validade deverão ser entregues com validade mínima de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de entrega, excetuados os itens cuja natureza não comporte prazo de validade.

6.5 – As embalagens deverão ser originais, íntegras, identificadas com marca, especificação técnica e demais informações exigidas pela legislação vigente.

6.6 – O recebimento dar-se-á: (i) provisoriamente, pelo servidor responsável pela fiscalização, mediante conferência com a nota fiscal; e (ii) definitivamente, após verificação e atestação da conformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório.

6.7 – Em caso de irregularidade, a Contratada será notificada para sanar a não conformidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada, mediante crédito bancário na conta indicada pela Contratada.

7.2 – A nota fiscal deverá conter: identificação da Câmara Municipal, número do empenho, número do contrato, descrição dos itens, quantidades, preços unitários, total e período de referência.

7.3 – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o pagamento ficará sobrestado até a regularização, sem acarretar ônus à Contratante.

7.4 – Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar, junto à nota fiscal, os documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos na habilitação, válidos na data do pagamento.

7.5 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta por penalidade ou inadimplência contratual.

7.6 – Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Contratante, incidirão sobre o valor devido correção monetária pelo IPCA-E, juros moratórios de 0,5% ao mês e compensação financeira de 6% ao ano.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – Constituem obrigações da Contratada:

- a** – cumprir fielmente todas as condições estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico nº 3/2026;
- b** – fornecer os materiais de acordo com as especificações, quantidades e prazos previstos neste instrumento, responsabilizando-se pela qualidade e procedência dos produtos;
- c** – efetuar as entregas no local definido, no horário estabelecido, acompanhadas das respectivas notas fiscais;
- d** – manter capacidade logística suficiente para atender às requisições no prazo contratual, sem obrigação de manutenção de estoque mínimo fixo;
- e** – comunicar à Contratante, por escrito e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, qualquer impossibilidade temporária de atendimento dos pedidos;
- f** – substituir, às suas expensas e no prazo de 5 (cinco) dias úteis após notificação, os materiais que não atenderem às especificações ou que apresentarem vícios, defeitos ou não conformidade;
- g** – manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h** – responsabilizar-se por todos os ônus tributários, fiscais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre as obrigações contratuais;
- i** – responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os danos causados à Contratante, a seus servidores ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;
- j** – não transferir a terceiros os direitos ou obrigações deste contrato sem expressa anuência da Contratante;
- k** – arcar com todas as despesas de frete, seguro, embalagem e demais custos necessários ao cumprimento do objeto.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 – Constituem obrigações da Contratante:

- a** – proporcionar as condições para que a Contratada possa desempenhar o fornecimento contratado;
- b** – efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;
- c** – designar servidor(es) para exercer as funções de Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos dos arts. 117 e 119 da Lei nº 14.133/2021;
- d** – receber, verificar e atestar a conformidade dos materiais entregues com as especificações deste contrato;

- e – notificar a Contratada, formalmente e de modo tempestivo, sobre falhas ou não conformidades verificadas no fornecimento;
- f – notificar a Contratada por escrito da aplicação de qualquer penalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- g – emitir as requisições de fornecimento com antecedência razoável para viabilizar as entregas no prazo avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – O acompanhamento e a fiscalização da execução do presente contrato serão realizados pelos servidores abaixo designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021:

Gestor Titular: Ronivaldo Santos da Silva

Fiscal do Contrato: Jardel Alves de Oliveira dos Anjos

10.2 – Ao Gestor compete coordenar, acompanhar e avaliar a execução do contrato, verificar o cumprimento das obrigações contratuais e autorizar o pagamento.

10.3 – Ao Fiscal compete verificar a regularidade das entregas, atestar as notas fiscais e comunicar ao Gestor as irregularidades detectadas.

10.4 – A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados em decorrência da execução do objeto contratado.

10.5 – Recomenda-se a formalização de suplentes para Gestor e Fiscal, em homenagem ao princípio da continuidade do serviço público, a ser efetivada por ato da Presidência antes da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1 – Considerando a natureza comum dos bens objeto desta contratação, o fornecimento parcelado sob demanda, a baixa complexidade técnica do objeto, o reduzido risco operacional e a existência de Gestor e Fiscal designados, a Administração dispensa, motivadamente, a exigência de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 – A Contratante poderá, mediante justificativa, exigir prestação de garantia a qualquer momento quando verificado risco de descumprimento das obrigações, notificando previamente a Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, a Contratada estará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, após regular processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

12.2 – As infrações e as respectivas sanções são:

- a – advertência, por faltas leves que não acarretem prejuízo significativo à Contratante;
- b – multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada sobre o valor do fornecimento em atraso, limitada a 10% (dez por cento), pelo atraso injustificado na entrega dos materiais;
- c – multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total, conforme art. 162, I, da Lei nº 14.133/2021;
- d – impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos, nas hipóteses do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas hipóteses do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021.

12.3 – A multa será recolhida no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da ciência da imposição. Não quitada no prazo, poderá ser descontada dos pagamentos devidos ou executada judicialmente.

12.4 – A aplicação de qualquer penalidade será precedida de notificação com prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1 – O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências do art. 139 do mesmo diploma, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.2 – Constituem motivos para rescisão: descumprimento de cláusulas contratuais; atraso ou paralisação injustificada do fornecimento; desatendimento das determinações do Gestor ou Fiscal; cometimento reiterado de faltas; decretação de falência; dissolução da sociedade; razões de interesse público; ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução.

13.3 – Nos casos de rescisão unilateral pela Contratante sem culpa da Contratada, será observado o disposto no art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 – É vedada a subcontratação total do objeto contratual.

14.2 – A subcontratação parcial, se admitida, dependerá de prévia autorização da Contratante, não excederá 30% (trinta por cento) do valor total e não exclui a responsabilidade da Contratada perante a Contratante, nos termos do art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

15.1 – A Contratada não poderá ceder nem transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações deste contrato sem prévia e expressa anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 – O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sempre por meio de Termo Aditivo.

16.2 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 – As supressões resultantes de acordo entre as partes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

17.1 – O presente contrato será publicado em extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Legislativo Municipal, nos prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 – A Contratada autoriza a Contratante a divulgar os dados essenciais relativos a este contrato, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUSTENTABILIDADE

18.1 – A Contratada compromete-se a adotar práticas de sustentabilidade ambiental e social na execução do objeto, conforme art. 11, IV, e art. 36 da Lei nº 14.133/2021.

18.2 – A Contratada declara que os produtos fornecidos atendem às normas de qualidade e segurança vigentes e, quando aplicável, às exigências da ANVISA e do INMETRO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

19.1 – A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121, caput, da Lei nº 14.133/2021.

19.2 – A inadimplência da Contratada com referência aos encargos mencionados não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

20.1 – Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os princípios gerais de Direito Administrativo.

20.2 – Aplicam-se ao presente contrato a Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios gerais do Direito Administrativo, os regulamentos locais pertinentes e os normativos complementares validamente adotados pelo ente contratante, quando compatíveis com o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Mata de São João, Estado da Bahia, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do presente contrato que não possam ser resolvidas pela via administrativa.

Mata de São João, Bahia, ____ de _____ de 2026.

ELINALDO DE SANTANA RODRIGUES Presidente da Câmara Municipal CONTRATANTE	[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL] [Cargo] – [RAZÃO SOCIAL] CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha: CPF: _____	2ª Testemunha: CPF: _____
----------------------------------	----------------------------------

CONTRATO Nº ____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026 — PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2026
LOTE III — FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE

CONTRATANTE:	Câmara Municipal de Mata de São João/BA — CNPJ: 13.251.038/0001-89
CONTRATADA:	[RAZÃO SOCIAL COMPLETA] — CNPJ: [XX.XXX.XXX/XXXX-XX]
OBJETO:	Fornecimento parcelado de materiais de expediente (Lote III)
LOTE:	LOTE III — Materiais de Expediente
VALOR GLOBAL:	R\$ 38.309,90 (TRINTA E OITO MIL TREZENTOS E NOVE E NOVENTA)
VIGÊNCIA:	12 meses a contar da assinatura, prorrogável conforme Cláusula Quinta
BASE LEGAL:	Lei Federal nº 14.133/2021 Pregão Eletrônico nº 3/2026 PA nº 23/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO, Poder Legislativo Municipal do Estado da Bahia, com sede na Praça Barão Açu da Torre, nº 201, bairro Centro, Mata de São João/BA, CEP 48.280-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.251.038/0001-89, representada por seu Presidente, Elinaldo de Santana Rodrigues, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**; e

[RAZÃO SOCIAL COMPLETA], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede em [ENDEREÇO COMPLETO], representada por [NOME DO REPRESENTANTE], CPF nº [XXX.XXX.XXX-XX], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

Celebram o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Pregão Eletrônico nº 3/2026 e demais normas aplicáveis, consoante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto o fornecimento parcelado, sob demanda, de materiais de expediente (LOTE III), destinados à manutenção das atividades administrativas, legislativas e operacionais da Câmara Municipal de Mata de São João/BA, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico nº 3/2026.

1.2 – O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante requisições emitidas pela Gerência Administrativa.

1.3 – Os quantitativos previstos no Termo de Referência constituem estimativa máxima de consumo para o período contratual. Inexiste obrigação de aquisição mínima, nos termos do art. 92, II, da Lei nº 14.133/2021.

1.4 – Composição do objeto — LOTE III — Materiais de Expediente:

Nº	Descrição / Especificação	Unid.	Qtd. Est.	Vlr. Unit. (R\$)	Vlr. Total (R\$)	Subel.
1	Bateria 9V alcalina, emb. c/ 1 unidade	UND	30	25,00	750,00	3.3.90.30.26
2	Carregador bivolt p/ pilhas recarregáveis AA	UND	4	125,00	500,00	3.3.90.30.26

3	Caixa arquivo polionda, mín. 340x240x130 mm, pct c/ 50 und.	PCT	20	18,00	360,00	3.3.90.30.16
4	Caneta esferográfica ponta fina azul, cx c/ 50 und.	CX	10	72,00	720,00	3.3.90.30.16
5	Organizador de mesa metálico aramado (porta-caneta/lápis/clips/bandeja)	UND	35	98,00	3.430,00	3.3.90.30.16
6	Clips nº 4 inox, cx c/ 50 unidades	CX	10	8,00	80,00	3.3.90.30.16
7	Clips nº 8 inox, cx c/ 25 unidades	CX	10	10,00	100,00	3.3.90.30.16
8	Suporte fita adesiva pequeno	UND	5	62,00	310,00	3.3.90.30.16
9	Suporte fita adesiva grande	UND	5	62,00	310,00	3.3.90.30.16
10	Envelope A4 branco 22x32 cm, cx c/ 100 unidades	CX	5	145,00	725,00	3.3.90.30.16
11	Marca-texto base de água traço mín. 2,5 mm amarelo, cx c/ 12 und.	CX	2	7,20	14,40	3.3.90.30.16
12	Perfurador s/ esforço cap. 150 folhas	UND	18	690,00	12.420,00	3.3.90.30.16
13	Fita adesiva transparente empacotamento 45 mm x 100 m	PCT	10	8,00	80,00	3.3.90.30.16
14	Fita adesiva transparente 18 mm x 50 m, pct c/ 12 unidades	PCT	10	8,00	80,00	3.3.90.30.16
15	Fita isolante líquida bisnaga preta 50 g	UND	5	65,00	325,00	3.3.90.30.16
16	Pasta térmica alta condutividade 5 g	UND	5	62,00	310,00	3.3.90.30.16
17	Papel A4 alta alvura 75 g/m² 210x297 mm, cx c/ 10 resmas de 500 folhas	CX	10	345,00	3.450,00	3.3.90.30.16
18	Papel vergê branco A4 180 g/m², pct c/ 50 folhas	PCT	18	26,00	468,00	3.3.90.30.16
19	Pilha alcalina AAA, emb. c/ 4 unidades	PCT	20	18,00	360,00	3.3.90.30.26
20	Pilha recarregável AA 2.500 mAh, pct c/ 2 unidades	PCT	10	52,00	520,00	3.3.90.30.26
21	Moldura lisa para quadros c/ fundo MDF 21x30 cm (UND)	UND	50	98,00	4.900,00	3.3.90.30.29
22	Pilha alcalina AA, emb. c/ 4 unidades	PCT	20	22,00	440,00	3.3.90.30.26
23	Estilete profissional emborrachado trava 18 mm	UND	17	12,00	204,00	3.3.90.30.16
24	Lâminas estilete largo 18 mm, caixa	CX	17	4,00	68,00	3.3.90.30.16
25	Grampeador p/ grampos 24/6 e 26/6 cap. 25 folhas	UND	18	35,00	630,00	3.3.90.30.16
26	Máquina cola quente sem fio (grossa)	UND	2	33,00	66,00	3.3.90.30.16
27	Refil bastão cola quente grossa, pacote	PCT	8	3,50	28,00	3.3.90.30.16
28	Cola bastão 10 g, cx c/ 12 unidades	CX	5	2,50	12,50	3.3.90.30.16

29	Bloco autoadesivo 38x51 mm, kit c/ 4 blocos de 100 folhas	KIT	200	5,00	1.000,00	3.3.90.30.16
30	Bloco autoadesivo 102x76 mm, bloco c/ 100 folhas	UND	200	6,00	1.200,00	3.3.90.30.16
31	Álcool isopropílico 99,8%, 1 litro	UND	1	60,00	60,00	3.3.90.30.16
32	Alicate de crimpagem p/ conectores RJ-45, aço c/ empunhadura	UND	1	60,00	60,00	3.3.90.30.17
33	Limpa-contato spray 300 ml	UND	3	35,00	105,00	3.3.90.30.17
34	Fonte alimentação padrão ATX 24 pinos 350 W	UND	10	290,00	2.900,00	3.3.90.30.17
35	Tinta compatível Epson L120 1 L – kit 4 cores (preta/ciano/magenta/amarela)	KIT	4	270,00	1.080,00	3.3.90.30.17
36	Plugs RJ-45, pct c/ 50 unidades	PCT	1	45,00	45,00	3.3.90.30.17
37	Tesoura multiuso para escritório e manutenção	UND	1	45,00	45,00	3.3.90.30.16
38	Bateria moeda CR2032 3V lítio, cartela c/ 10 unidades	PCT	2	45,00	90,00	3.3.90.30.26
39	Pendrive 16 GB USB 3.0 (especificação validada — item saneado)	UND	2	32,00	64,00	3.3.90.30.17

VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE III: R\$ 38.309,90 (trinta e oito mil trezentos e nove e noventa) — valor saneado conforme Despacho de 10/06/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA MODALIDADE

2.1 – A contratação foi realizada na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por lote, nos termos do art. 28, I, c/c art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021.

2.2 – O regime de execução é de fornecimento parcelado sob demanda, durante toda a vigência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL E DOS PREÇOS

3.1 – O valor total estimado do presente contrato é de R\$ 48.749,10 (quarenta e oito mil setecentos e quarenta e nove reais e dez centavos), correspondente aos preços unitários registrados na proposta vencedora.

3.2 – Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, nos termos do art. 25, §§ 1º e 7º, da Lei nº 14.133/2021.

3.3 – Após doze meses, em caso de prorrogação contratual, os preços poderão ser reajustados com base na variação acumulada do IPCA, divulgado pelo IBGE, nos termos do art. 92, V, c/c art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

3.4 – No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, embalagens, frete, seguros e quaisquer outros ônus incidentes sobre a prestação do objeto.

3.5 – A variação do valor contratual para fins de reajuste poderá ser registrada por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Câmara Municipal, conforme nota de empenho, segundo a seguinte classificação:

Unidade Orçamentária: 0101 – Câmara Municipal

Função: 01 – Legislativa

Subfunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Gestão e Governança Legislativa

Ação: 2002 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Apoio Administrativo

Natureza da Despesa: 33903000 – Material de Consumo

Subelementos: Itens 1, 2, 19, 20, 22 e 38: 3.3.90.30.26 — Material Elétrico e Eletrônico
| Itens 3–18, 23–31 e 37: 3.3.90.30.16 — Material de Expediente | Itens 31–36 e 39:
3.3.90.30.17 — Material de TIC | Item 21: 3.3.90.30.29 — Material para Áudio, Vídeo e Foto

Fonte: 15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

4.2 – A indicação dos créditos orçamentários foi atestada pela Gerência Financeira da Câmara Municipal em 26 de maio de 2026, conforme documento constante no Processo Administrativo nº 23/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 – O presente contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

5.2 – O contrato poderá ser prorrogado somente se o setor técnico responsável caracterizar expressamente a natureza contínua do fornecimento, demonstrar a vantajosidade, comprovar a compatibilidade dos preços com o mercado e justificar o interesse público, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite máximo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 – As entregas deverão ser realizadas exclusivamente no prédio principal da Câmara Municipal de Mata de São João, Praça Barão Açu da Torre, nº 201, Centro, Mata de São João/BA, CEP 48.280-000, no setor de Gerência Administrativa, de segunda a sexta-feira, das 9h às 15h.

6.2 – Cada entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal/fatura correspondente.

6.3 – O prazo de entrega de cada pedido parcial não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição de fornecimento.

6.4 – Os produtos sujeitos a prazo de validade deverão ser entregues com validade mínima de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de entrega, excetuados os itens cuja natureza não comporte prazo de validade.

6.5 – As embalagens deverão ser originais, íntegras, identificadas com marca, especificação técnica e demais informações exigidas pela legislação vigente.

6.6 – O recebimento dar-se-á: (i) provisoriamente, pelo servidor responsável pela fiscalização, mediante conferência com a nota fiscal; e (ii) definitivamente, após verificação e atestação da conformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório.

6.7 – Em caso de irregularidade, a Contratada será notificada para sanar a não conformidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada, mediante crédito bancário na conta indicada pela Contratada.

7.2 – A nota fiscal deverá conter: identificação da Câmara Municipal, número do empenho, número do contrato, descrição dos itens, quantidades, preços unitários, total e período de referência.

7.3 – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o pagamento ficará sobrestado até a regularização, sem acarretar ônus à Contratante.

7.4 – Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar, junto à nota fiscal, os documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos na habilitação, válidos na data do pagamento.

7.5 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta por penalidade ou inadimplência contratual.

7.6 – Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Contratante, incidirão sobre o valor devido correção monetária pelo IPCA-E, juros moratórios de 0,5% ao mês e compensação financeira de 6% ao ano.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – Constituem obrigações da Contratada:

- a – cumprir fielmente todas as condições estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico nº 3/2026;
- b – fornecer os materiais de acordo com as especificações, quantidades e prazos previstos neste instrumento, responsabilizando-se pela qualidade e procedência dos produtos;
- c – efetuar as entregas no local definido, no horário estabelecido, acompanhadas das respectivas notas fiscais;
- d – manter capacidade logística suficiente para atender às requisições no prazo contratual, sem obrigação de manutenção de estoque mínimo fixo;
- e – comunicar à Contratante, por escrito e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, qualquer impossibilidade temporária de atendimento dos pedidos;
- f – substituir, às suas expensas e no prazo de 5 (cinco) dias úteis após notificação, os materiais que não atenderem às especificações ou que apresentarem vícios, defeitos ou não conformidade;
- g – manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h – responsabilizar-se por todos os ônus tributários, fiscais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre as obrigações contratuais;
- i – responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os danos causados à Contratante, a seus servidores ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;
- j – não transferir a terceiros os direitos ou obrigações deste contrato sem expressa anuência da Contratante;
- k – arcar com todas as despesas de frete, seguro, embalagem e demais custos necessários ao cumprimento do objeto.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 – Constituem obrigações da Contratante:

- a – proporcionar as condições para que a Contratada possa desempenhar o fornecimento contratado;
- b – efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;
- c – designar servidor(es) para exercer as funções de Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos dos arts. 117 e 119 da Lei nº 14.133/2021;
- d – receber, verificar e atestar a conformidade dos materiais entregues com as especificações deste contrato;
- e – notificar a Contratada, formalmente e de modo tempestivo, sobre falhas ou não conformidades verificadas no fornecimento;
- f – notificar a Contratada por escrito da aplicação de qualquer penalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- g – emitir as requisições de fornecimento com antecedência razoável para viabilizar as entregas no prazo avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – O acompanhamento e a fiscalização da execução do presente contrato serão realizados pelos servidores abaixo designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021:

Gestor Titular: Ronivaldo Santos da Silva

Fiscal do Contrato: Jardel Alves de Oliveira dos Anjos

10.2 – Ao Gestor compete coordenar, acompanhar e avaliar a execução do contrato, verificar o cumprimento das obrigações contratuais e autorizar o pagamento.

10.3 – Ao Fiscal compete verificar a regularidade das entregas, atestar as notas fiscais e comunicar ao Gestor as irregularidades detectadas.

10.4 – A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados em decorrência da execução do objeto contratado.

10.5 – Recomenda-se a formalização de suplentes para Gestor e Fiscal, em homenagem ao princípio da continuidade do serviço público, a ser efetivada por ato da Presidência antes da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1 – Considerando a natureza comum dos bens objeto desta contratação, o fornecimento parcelado sob demanda, a baixa complexidade técnica do objeto, o reduzido risco operacional e a existência de Gestor e Fiscal designados, a Administração dispensa, motivadamente, a exigência de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 – A Contratante poderá, mediante justificativa, exigir prestação de garantia a qualquer momento quando verificado risco de descumprimento das obrigações, notificando previamente a Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, a Contratada estará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, após regular processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

12.2 – As infrações e as respectivas sanções são:

- a** – advertência, por faltas leves que não acarretem prejuízo significativo à Contratante;
- b** – multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada sobre o valor do fornecimento em atraso, limitada a 10% (dez por cento), pelo atraso injustificado na entrega dos materiais;
- c** – multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total, conforme art. 162, I, da Lei nº 14.133/2021;
- d** – impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos, nas hipóteses do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- e** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas hipóteses do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021.

12.3 – A multa será recolhida no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da ciência da imposição. Não quitada no prazo, poderá ser descontada dos pagamentos devidos ou executada judicialmente.

12.4 – A aplicação de qualquer penalidade será precedida de notificação com prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1 – O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências do art. 139 do mesmo diploma, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.2 – Constituem motivos para rescisão: descumprimento de cláusulas contratuais; atraso ou paralisação injustificada do fornecimento; desatendimento das determinações do Gestor ou Fiscal; cometimento reiterado de faltas; decretação de falência; dissolução da sociedade; razões de interesse público; ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução.

13.3 – Nos casos de rescisão unilateral pela Contratante sem culpa da Contratada, será observado o disposto no art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 – É vedada a subcontratação total do objeto contratual.

14.2 – A subcontratação parcial, se admitida, dependerá de prévia autorização da Contratante, não excederá 30% (trinta por cento) do valor total e não exclui a responsabilidade da Contratada perante a Contratante, nos termos do art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

15.1 – A Contratada não poderá ceder nem transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações deste contrato sem prévia e expressa anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 – O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sempre por meio de Termo Aditivo.

16.2 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 – As supressões resultantes de acordo entre as partes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

17.1 – O presente contrato será publicado em extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Legislativo Municipal, nos prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 – A Contratada autoriza a Contratante a divulgar os dados essenciais relativos a este contrato, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUSTENTABILIDADE

18.1 – A Contratada compromete-se a adotar práticas de sustentabilidade ambiental e social na execução do objeto, conforme art. 11, IV, e art. 36 da Lei nº 14.133/2021.

18.2 – A Contratada declara que os produtos fornecidos atendem às normas de qualidade e segurança vigentes e, quando aplicável, às exigências da ANVISA e do INMETRO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

19.1 – A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121, caput, da Lei nº 14.133/2021.

19.2 – A inadimplência da Contratada com referência aos encargos mencionados não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

20.1 – Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os princípios gerais de Direito Administrativo.

20.2 – Aplicam-se ao presente contrato a Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios gerais do Direito Administrativo, os regulamentos locais pertinentes e os normativos complementares validamente adotados pelo ente contratante, quando compatíveis com o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Mata de São João, Estado da Bahia, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do presente contrato que não possam ser resolvidas pela via administrativa.

Mata de São João, Bahia, _____ de _____ de 2026.

ELINALDO DE SANTANA RODRIGUES Presidente da Câmara Municipal CONTRATANTE	[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL] [Cargo] – [RAZÃO SOCIAL] CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha: CPF: _____	2ª Testemunha: CPF: _____
----------------------------------	----------------------------------

MINUTA PARA ASSINATURA APÓS ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO — PA nº 23/2026